



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

## ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO

### CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

**Data:** 23 de abril de 2024

**Horário:** 14h

**Local:** Anfiteatro da Reitoria

**Presidência:** Djalma Ribeiro Junior

**Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

Aos vinte e três dias de abril de 2024, às catorze horas, no Anfiteatro da Reitoria, realizou-se a 76ª Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis - CoACE da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pelo Sr. Djalma Ribeiro Junior, juntamente à Pró-Reitora Adjunta, Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani. O presidente iniciou a reunião saudando todos os presentes. **1 EXPEDIENTE - 1.1. INFORMES DA PRESIDÊNCIA:** Sr. Djalma informou a Lei da Política Nacional da Assistência Estudantil; contextualizou que existe um Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES), que é um decreto de 2010; de 2011 até 2023, cerca de 24 propostas de projeto de lei para transformar a assistência estudantil em uma lei federal foram surgindo; no ano passado, então, na Câmara dos Deputados, foi aprovado um projeto de lei que cria a Política Nacional da Assistência Estudantil; em novembro do ano passado, foi para o Senado e lá ficou aguardando a relatoria; no dia 6 de março de 2024, foi indicada a relatoria que será o senador Alan Rick; a ANDIFES e a UNE já fizeram reuniões com esse senador para apresentar algumas contribuições; então, estão tendo reuniões com a organização da sociedade civil para fechar um texto e tramitar; no Senado, o texto tramita na Câmara de Assuntos Educacionais e também na Câmara dos Assuntos Econômicos, pois a sua aprovação vai incidir em questões orçamentárias; a numeração no Senado do Projeto de Lei é 5.395/2023; não existe uma data de quando será finalizado, mas essa é a última etapa antes do projeto, depois de aprovado, ser sancionado pelo presidente; as movimentações indicam o desejo de que o projeto seja encaminhado e aprovado, sem que haja modificações no Senado que o façam retornar para a Câmara. Sr. Djalma informou que na última reunião do CoACE, teve uma pauta sobre o orçamento da universidade de forma geral e da assistência estudantil de forma específica; a ProACE, então, enviou ao e-mail dos conselheiros um informativo um pouco mais detalhado e com as informações mais sistematizadas sobre o orçamento; no dia 10 de maio ocorrerá uma Reunião Extraordinária do ConsUni, na qual será fechado todo o planejamento orçamentário. Sr. Djalma informou que na última reunião do COACE, a universidade estava no meio de um processo de ingresso no Programa de Assistência Estudantil; lembrou que desde o ano passado foi iniciado um processo em fluxo contínuo de ingresso no Programa de Assistência Estudantil, diferente dos outros anos que tinham só um

ciclo; houve 560 inscrições, das quais 484 foram validadas, isso ocorreu porque dentro dessas inscrições havia estudantes que já eram bolsistas, das 484 pessoas que se inscreveram, 310 eram elegíveis, ou seja, cumpriam os requisitos para participarem do programa e cumpriam todas as etapas do processo; das 310 pessoas, 250 se enquadraram no nível 1 e 2 de vulnerabilidade, que são os níveis maiores de vulnerabilidade, e 60 pessoas se enquadram no nível 3; nesse nível as pessoas têm acesso ao RU com subsídio maior, pagando R\$ 2,50; já as outras 250 pessoas podem ingressar no PAE, podendo, de imediato, acessarem o restaurante universitário de forma gratuita; das 250 pessoas em nível 1 e 2 de vulnerabilidade, foram chamadas para receberem a Bolsa Moradia em Espécie ou acessarem a vaga nas moradias e receberem o Auxílio Alimentação Emergencial, 166 pessoas, nesse primeiro momento; das 166 pessoas incluídas, foram chamadas todas de vulnerabilidade nível 1, todas de zero a meio salário mínimo do nível de vulnerabilidade 2, todos os estudantes indígenas, todos estudantes PEC-G e todos estudantes com deficiência; ficou um cadastro de reserva de 84 pessoas, isso porque tem um teto para fazer o pagamento das bolsas; um dado importante é que dessas 166 pessoas, praticamente um terço delas são estudantes veteranos, isso corrobora com a visão que já vem sendo apresentada do empobrecimento da nossa sociedade; existe a possibilidade de cerca de 170 estudantes do PAE se formarem no meio do ano, liberando essas vagas para novos estudantes. Sr. Djalma informou que por conta da greve, a reunião do Conselho não estava sendo transmitida, mas está sendo gravada. Sra. Gisele informou sobre a participação da ProACE no SISU, que começou dia 22 de fevereiro, por meio da Comissão Institucional de Verificação de Aspectos Socioeconômicos (CIVAS); explicou que pela nova lei de cotas, os(as) candidatos(as) fazem opção pelo grupo B, que é baixa renda, ou pelo grupo I, que é independente de renda; os que entram na universidade pelo grupo B passam antes por uma avaliação socioeconômica; a primeira chamada teve 544 candidatos(as) que passaram por avaliação, a segunda chamada teve 313, a terceira 55 e a quarta 9; um total de 921 pessoas, que, em termos de análise, equivale a mais ou menos 2.500 análises; a universidade conta com uma empresa contratada que faz as análises, mas tanto a ProACE, quanto o DeAE, é muito próximo nesse processo, no auxílio para os(as) candidatos(as) quanto a documentação. Sr. Djalma complementou que o SISU deste ano já funcionou com a nova lei de cotas; essa lei mostrou a possibilidade de todo mundo concorrer pela ampla concorrência, o que significa que pode haver mais pessoas que ingressaram em vagas de ampla concorrência, que eram de baixa renda. Sr. Djalma informou que a realização da aula magna deste ano será com o Alexandre Coimbra Amaral, que é um psicólogo, e será sobre a temática de saúde mental; o título é Cartas à Juventude Universitária Como Cuidar e Receber Cuidado da Nossa Saúde Mental; será no dia 6 de maio às 14 horas no auditório do Bento Prado; também será transmitido ao vivo no YouTube, no canal da UFSCar, e também no restaurante universitário.

**1.2. INFORMES DAS UNIDADES:** Não houve informes. **1.3. INFORMES DOS MEMBROS:** Não houve informes. **2. ORDEM DO DIA – 2.1. Apresentação do Relatório de Gestão e de Atividades da Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental (CASM/ProACE) de 2023:** Profa. Sabrina, coordenadora da CASM, apresentou o trabalho realizado pela Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental (CASM) no último ano que deu continuidade a um conjunto de ações coletivas que já vinham sendo realizadas, tanto pelo corpo de técnico-administrativos do DeAE e DeACEs, quanto docentes, estudantes e trabalhadores da UFSCar e da rede, que compunham desde 2015 o projeto de construção da

82 política de saúde mental da UFSCar, que foi uma produção construída de forma  
83 representativa multicampi, com ampla representação de centros acadêmicos, departamentos,  
84 entidades e representantes do SUS das cidades onde a UFSCar tem sede; a CASM vem com  
85 esse objetivo de implementar a Política de Saúde Mental da UFSCar, em rede com todos  
86 esses atores que precederam a implementação da CASM; quando se pensa nos eixos de ação  
87 da Política de Saúde Mental da UFSCar, cada um dos eixos: redução de danos, ações  
88 político-pedagógicas, ações de cuidado, ações de promoção e prevenção ao suicídio, etc, cada  
89 um daqueles eixos demandam um conjunto de ações tanto do ponto de vista pedagógico,  
90 quanto do ponto de vista das linhas de cuidado, quanto do ponto de vista das relações e da  
91 articulação de redes intra universidade, inter universidades e intersetoriais; sendo assim  
92 iniciou a apresentação de 15 eixos de ação principal, mas que sistematizam um conjunto  
93 mais amplo de ações: O primeiro eixo de ação construído foi a própria sistematização, edição  
94 e publicação da Política de Saúde Mental da UFSCar, pois já existia um trabalho amplo  
95 realizado pelas conferências e pela Comissão de Estudos em saúde mental e que resultou em  
96 um conjunto amplo de documentos aprovados em diferentes instâncias da universidade, mas  
97 que não estavam sistematizados em uma política, esse trabalho visou construir uma espécie  
98 de documento com princípios e diretrizes daquilo que se vislumbra conseguir implementar  
99 pensando numa universidade promotora de saúde mental. O segundo eixo foi o planejamento  
100 e implementação das ações da CPPCSM, já havia um texto de aprovação de qual seria a  
101 composição dessa comissão que inclui, por exemplo, representantes de pesquisadores,  
102 docentes e técnicos que trabalham com o tema da saúde mental em todos os campi, além de  
103 representantes de centros, departamentos e unidades socioassistenciais e de saúde da  
104 universidade e do SUS, além de estudantes de graduação e de pós-graduação; se tem uma  
105 comissão bastante participativa e construir essa comissão, fazer articulação de participação e  
106 construção do regimento de operacionalização dessa comissão tem sido também um trabalho  
107 de reuniões mensais para realizar a organização desse trabalho, e a comissão tem seu trabalho  
108 organizado em três eixos principais: de promoção, prevenção e cuidado; linhas de cuidado em  
109 saúde mental, pensando já o sofrimento psíquico instalado; produção de indicadores e  
110 pesquisas em saúde mental, porque hoje se trabalha com indicadores muito insuficientes em  
111 termos de saúde mental na universidade. O terceiro eixo foram as ações de apoio institucional  
112 e orientação às unidades da UFSCar para situações problemas relacionados à saúde mental  
113 universitária, esse apoio está sendo dado tanto para as unidades de DeACEs e DeAE, por  
114 meio de reuniões sistemáticas com apoio matricial da Sra. Ana Teresa, que é psiquiatra do  
115 DeAS; além de orientações em relação à formação dos técnico-administrativos da  
116 universidade, com uma formação específica em saúde mental indígena e uma formação  
117 específica em prevenção do suicídio; as ações de apoio institucional também estão se dando  
118 diretamente relacionada aos departamentos que venham a enfrentar problemáticas específicas  
119 de saúde mental, que não consigam dar conta a partir dos seus métodos habituais, tanto com  
120 relações aos discentes, docentes, técnico-administrativos. O quarto eixo foi a articulação com  
121 a rede de atenção psicossocial porque se entende que um dos papéis importantes da  
122 universidade para o fortalecimento das redes de saúde mental é fortalecer o próprio SUS, uma  
123 vez que a universidade tem limites bastante concretos para se transformar em um espaço de  
124 tratamento em saúde mental; explicou que uma coisa é pensar a cultura institucional  
125 promovendo bem-estar e não produzindo sofrimento psíquico e outra coisa é a oferta de

tratamento; para situações de tratamento tem o DeAS, DeACEs e DeAE, com um número de servidores insuficiente e com uma orientação clara de que são voltados para a realização de avaliações, orientações e acompanhamentos breves e de baixa complexidade, e os acompanhamentos de alta complexidade são direcionados para a rede de saúde; então também foram feitas ações de fortalecimento da própria rede SUS no ano de 2023, por meio de apoio em supervisão clínica institucional aos três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), formação de primeiros socorros em saúde mental e saúde mental universitária para os CAPS e para a rede básica e também oferta de apoio matricial em psiquiatria para a Unidade Básica de Saúde da Vila São José, que é referência para o território da UFSCar e que tem sido uma parceria ainda inconstante por conta das mudanças de gestão da própria unidade; O quinto eixo foram as ações de formação estratégica em saúde mental, focando em três modalidades específicas que foram: a prevenção e pós-venção do suicídio, primeiros socorros em saúde mental, atenção à crise e saúde mental indígena, sendo que o maior número de ofertas foi para primeiros socorros em saúde mental, incluindo ofertas para grupos estratégicos, DeACEs, DeAS, sindicatos, centros acadêmicos de terapia ocupacional e psicologia como multiplicadores entre os estudantes. O sexto eixo foi o mapeamento e articulação entre as ações de ensino, pesquisa e extensão em saúde mental que fez com que se compreendesse que havia muitas ações acontecendo que poderiam ser classificadas como ações de promoção e saúde mental que estão muito desarticuladas; uma das saídas em parceria com a ProEx foi o lançamento de um edital de fomento à ações de promoção, prevenção, cultura e pertencimento, o que gerará para o próximo ano muitas ofertas de promoção e prevenção em saúde mental e desenvolvimento de ações de fomento ao pertencimento e às ações de convivências, a partir dessas ações. O sétimo eixo foram as ações de enfrentamento às práticas universitárias instituídas na cultura universitária em parceria com a SAADE, CoGMeC, e ouvidoria e que tem se constituído principalmente a partir da construção tanto das ações de enfrentamento à violência e fomento a cultura de paz na universidade, quanto a construção de um ProDIn para realização de ações estratégicas de fomento à cultura de paz e enfrentamento à violência. O oitavo eixo foram ações de comunicação em saúde mental voltadas para a criação de uma centralização capilarizada, pois a comunicação é uma substância da saúde mental e havia uma dificuldade muito grande das pessoas entenderem quais eram os canais de ajuda, onde procurar apoio, por isso se construiu de forma capilarizada, optando-se por fazer um site da saúde mental da UFSCar que condensasse e concentrasse essas informações de forma mais direcionada. O nono eixo foram ações interinstitucionais com outras instituições de ensino superior e centros de pesquisa em saúde mental universitária; isso é algo que está sendo iniciado embora o FONAPRACE esteja avançado em relação a isso do ponto de vista da articulação das políticas de saúde mental; isso ainda é muito incipiente nas universidades, poucas universidades possuem uma política específica de saúde mental, uma coordenadoria específica de saúde mental; foi possível uma articulação um pouco mais consistente com a UFPB, com a USP e com a Fiocruz que estão tentando construir minimamente algumas ações que digam respeito às práticas universitárias de saúde mental. O décimo eixo foi participação em eventos e palestras, como na semana da luta antimanicomial, novembro negro, semana de saúde mental da USP, festival somos cultura e ações voltadas a mesas e palestras nas calouradas, direcionando a temática de saúde mental. O décimo primeiro eixo foram ações de saúde mental direcionadas à estrutura da

170 graduação iniciadas há seis meses por meio de uma articulação com a ProGrad para pensar de  
171 que forma a saúde mental poderia se consolidar ou se fortalecer dentro da mudança da cultura  
172 dos próprios cursos de graduação, isso não significa incluir saúde mental como aula nos  
173 currículos dos cursos, mas em parceria com a CPPCMS se consolidou a criação de um  
174 projeto, que é o Formar Sem Pirar, que inclusive tem recursos destinados pelos centros para  
175 pensar um projeto de inovação curricular voltado para fomento a promoção de saúde mental,  
176 por exemplo, com garantia de tempo livre, com inserção de referências indígenas afro  
177 referenciadas nas bibliografias, ambiência dos espaços de graduação, estratégias de avaliação,  
178 enfim, poder olhar para isso e construir propostas concretas, instrumentos e indicadores para  
179 avaliar e fortalecer os cursos de graduação nessa direção. O décimo segundo eixo foi a  
180 produção de indicadores que é um item que recebeu muitas críticas por estarem sendo  
181 desenvolvidas ações sem possuir indicadores mais sólidos, embora a solidez do sofrimento  
182 esteja muito clara para todos; alguns instrumentos padronizados de produção de indicadores  
183 em saúde mental na avaliação da comissão seria problemático replicá-los na comunidade  
184 universitária porque são instrumentos majoritariamente constituídos para tratamento em  
185 saúde, para redes de saúde; então está ocorrendo um processo junto à CPPCMS que é de  
186 juntar os dados consolidados pelo instrumento do FONAPRACE, que articula basicamente  
187 indicadores de permanência estudantil, com o instrumento do Srq20, que é um instrumento  
188 padronizado para identificação de sofrimento psíquico, fazendo então as adaptações de  
189 junção desses instrumentos, para que as pessoas possam simultaneamente produzir  
190 indicadores e serem minimamente cuidadas ao ser convidadas a voltar-se a si e aos seus  
191 processos nesse momento de produção de indicadores. O décimo terceiro eixo foram as  
192 ações de interface saúde mental e trabalho que toca especialmente saúde mental de docentes,  
193 técnicos-administrativos e terceirizados; foi realizado um evento junto ao Fundacentro, que é  
194 uma fundação do Ministério do Trabalho em parceria com pesquisadores docentes e técnico-  
195 administrativos da universidade, que estão atuando na frente de saúde do trabalhador,  
196 incluindo também a saúde do trabalhador da ProGPe; além disso têm sido feitas algumas  
197 parcerias com os sindicatos da universidade para pensar a temática da saúde do trabalhador e  
198 uma parceria com a ProGPe, para tentar constituir uma cultura de cuidado ao trabalhador,  
199 para retomar os exames periódicos, que se possa ter um espaço de cuidado à saúde do  
200 trabalhador de forma mais frequente e também divulgar os indicadores de afastamento; hoje  
201 se sabe que o principal fator de afastamento na universidade é saúde mental, então é preciso  
202 olhar para isso e ampliar o corpo técnico da ProGPe e da CASM para conseguir fazer essa  
203 ação. O décimo quarto eixo foram ações de fortalecimento da linha de cuidado; embora se  
204 entenda que as ações de promoção e prevenção ou da mudança da cultura universitária em  
205 torno da saúde mental é o caminho que precisa ser percorrido, a demanda é por psicólogo e  
206 psiquiatra, pois as pessoas querem o tratamento, o remédio, o espaço individualizado de  
207 cuidar do problema; foi construído dentro do GT um grupo específico para pensar as ações de  
208 linhas de cuidado em saúde mental que tem se direcionado majoritariamente para o  
209 fortalecimento da rede SUS, para conseguir de alguma forma ampliar os cuidados  
210 comunitários e as ações mais breves e pontuais dentro da universidade e fortalecer essas  
211 linhas de cuidado e parceria; um dos ganhos muito grandes que teve para linhas de cuidado  
212 de fortalecimento do SUS foi a implementação das residências de saúde da família e saúde  
213 mental, que é uma forma bastante prática da universidade contribuir com o SUS com força de

214 trabalho concreta nas linhas de atenção primária e atenção especializada em saúde mental e  
215 também residência de saúde do adulto. Por fim, o décimo quinto eixo foram as ações de  
216 articulação do cuidado individualizado, com a precarização do sistema de saúde e a  
217 insuficiência de profissionais de saúde e sócio assistenciais na universidade, uma tarefa da  
218 CASM tem sido articular rede, por exemplo, para um estudante que fez tentativa de suicídio;  
219 uma boa parte do cuidado que poderia ser realizado de forma coletiva e comunitária, “apagar  
220 esses incêndios” acaba se impondo como algo que efetivamente precisa realizar. Profa.  
221 Sabrina disse que dentre as ações de promoção tem havido uma parceria muito importante  
222 com os estagiários de terapia ocupacional e psicologia, como o Projeto Cola Aê, um projeto  
223 voltado para estudantes que se sentem sós, pós-pandemia, então a chamada era bem simples:  
224 “Anda só? Cola ai!”, esse projeto passou a fazer ações de convivência semanalmente; outra  
225 proposta desenvolvida com a parceria dos estudantes é o curso de Primeiros Socorros em  
226 saúde mental que sistematizou um material e tecnologia de cuidados para fazer essas ofertas,  
227 replicando e formando multiplicadores. Profa. Sabrina disse que os principais desafios é ter  
228 tido uma comissão muito ampla, mas com a dificuldade de incluir as pessoas na  
229 operacionalização das ações; a solução encontrada foi que a comissão se reuniria de forma  
230 mais espaçada e os GTs iriam se encontrar para operacionalizar as ações; também existe a  
231 dificuldade com a participação dos estudantes nos espaços de representação, pois a comissão  
232 tem espaço para participação de representantes discentes de graduação, pós-graduação e da  
233 moradia, mas tem tido só participação da estudante da pós-graduação; outro desafio é esse  
234 fortalecimento das ações multicampi porque a sede da CASM é em São Carlos, tem o vice-  
235 coordenador em Araras e tem sido feita uma parceria frequente com os DeACEs de Lagoa do  
236 Sino e Sorocaba; a questão da linha de cuidado é o principal desafio por conta da demanda  
237 ser por tratamento e nem sempre é o que se tem majoritariamente para oferecer; além do  
238 desafio com as urgências e emergências, que tem sido um aspecto muito difícil de se  
239 trabalhar porque tem um município que não tem nenhum CAPS que se dedicam à  
240 hospitalidade integral, ou seja, que tem leito noite, na região só existem CAPS com  
241 funcionamento diurno; além disso, conta-se apenas com uma enfermaria de saúde mental de  
242 hospital geral, que é do HU, com oito leitos para toda a região; não há um fluxo garantido  
243 com o SUS, por se tratar de comunidade universitária, pois os leitos são regulamentados pela  
244 regulação de vagas da Secretaria de Saúde; somado a tudo isso a universidade enfrenta um  
245 volume muito grande de crises, de situações de urgência e emergência, mais especificamente  
246 crises de ansiedade e situações de tentativas de suicídio que demandam ações emergenciais e  
247 uma articulação de uma rede quase inexistente; hoje o canal tem sido muito articulado com a  
248 UPA e com o CAPS diurnamente, mas muitas vezes os estudantes ficam até quatro dias  
249 esperando para serem avaliados pela UPA; essa é uma situação bastante “gritante” que  
250 refletem esse conjunto de fragilidades e precarização do SUS. Sra. Valderez, chefe do DeAE,  
251 parabenizou por todo o trabalho que tem sido desenvolvido em um ano de CASM e à Profa.  
252 Sabrina que incansavelmente e brilhantemente vem desenvolvendo todas essas atividades que  
253 foram expostas. Profa. Larissa disse, enquanto coordenadora de curso, que teve um trabalho  
254 bastante próximo da CASM e não imagina o que tenha sido ser um coordenador de curso sem  
255 a existência da CASM, então assim que é um apoio fundamental desde as situações de  
256 tratamento mais agudo que essa articulação do cuidado com a rede, que sem uma  
257 representação clara de quem vai articular, o processo ficaria muito frágil, além dos avanços

para apoio aos discentes, rodas de conversa aos docentes e até amadurecimento de como fazer ações de promoção e prevenção; disse que acredita que a comissão deve ter uma série de propostas e a dificuldade de operacionalizar, pela dificuldade de pessoas envolvidas; disse que foi um ano muito forte de articulação entre os setores da ProACE e perguntou se agora seria possível avançar nesse segundo ano, com a ProGrad, junto às coordenações, com grupos de trabalho de coordenadores para que se consiga entender o papel do coordenador de curso frente à saúde mental, porque muito do que a comissão propõe são os coordenadores que executam. Profa. Larissa se colocou à disposição da comissão para apoiar essa ideia de projeto junto aos coordenadores, para que esses se vejam parte deste processo. Sr. Djalma disse que um pouco da fala da professora apareceria no Projeto Formar Sem Pirar, junto com a ProGrad e os centros, pois uma das ideias é trabalhar nessa linha para conseguir construir uma cultura onde os centros e as coordenações de curso possam olhar para as suas práticas, projetos políticos pedagógicos, grades curriculares, a partir da perspectiva de uma política de saúde mental. Sra. Irma, chefe do DeAS, agradeceu todo auxílio dado pela CASM ao DeAS na questão da saúde mental e parabenizou a Profa. Sabrina pelo trabalho que vem desenvolvendo nesse período; disse que o DeAS está à disposição.

**2.2. Adequação dos procedimentos praticados na Universidade para renovação de bolsas do Programa de Assistência Estudantil:** Sr. Djalma disse que o ponto de pauta tratava da necessidade de se fazer uma adequação no regulamento do Programa de Assistência Estudantil (PAE); contextualizou que o PAE existe desde 2011 e passou por uma revisão no ano de 2021, e que constantemente tem itens que precisam ser atualizado; explicou que no ano passado a ProACE passou pelo processo de auditoria interna, na qual houve algumas diligências que precisaram serem respondidas, na ocasião identificou-se que nos artigos 50 e 51 da resolução que cria o PAE dispõem sobre o processo de renovação das bolsas; disse que quando foi pensado o programa em 2011 possuía a seguinte metodologia: as pessoas que entram no PAE passam por um processo de avaliação socioeconômica, um processo bastante complexo e burocratizado, que demanda muito esforço tanto de quem está se colocando para participar, quanto de quem está fazendo o processo de avaliação, pois envolve juntar documentos de todo grupo familiar, para que se possa chegar numa identificação de vulnerabilidade; e isso tem que está alinhado com o decreto que dispõe sobre o PNAES; quando foi pensado o PAE a ideia era que a cada ano esse processo pudesse ser repetido, inclusive para quem já era bolsista; isso nunca ocorreu de fato porque não é possível de ser feito; hoje o programa conta com 2.000 estudantes; seria necessário parar um ano para refazer todo esse processo que já foi feito com bastante empenho; diante dessa impossibilidade, o que se fazia era uma convocação dos estudantes para apresentarem se teve alguma mudança ou não da sua situação socioeconômica. Sr. Djalma disse que a ProACE passou por um processo de auditoria interna entre 2017 e 2018, no qual também se verificou que aquele ponto não era cumprido; naquela ocasião foi dito então cumpra-se; em 2019 todos os estudantes bolsistas foram convocados para fazer um processo desse e foi um momento bastante estressante para todo mundo porque foi necessário juntar documentos, participar de tudo que já tinha participado para poder cumprir uma decisão de auditoria; esses achados de auditoria tornam-se monitoramentos em uma plataforma da CGU; foi realizada uma reunião com a auditora da CGU e foi explicado que esse item, da forma que está colocado não é razoável para a administração pública fazer, pois exige que um departamento pare para poder fazer esse

volume de trabalho; mesmo a universidade tendo uma empresa contratada que faça avaliação socioeconômica, 2.000 avaliações “estourariam” o orçamento; outro agravante é que quando veio a pandemia todos os processos que eram de forma física passaram para o remoto, não sendo tarefa fácil juntar a quantidade de documentação necessária, além da realização de todas as entrevistas sociais por esse meio; o processo de renovação, de 2020 a 2023, foi suspenso baseado nessa necessidade de ajuste do presencial para remoto; foi, então, indicado que seria mais interessante atualizar a normativa do que se adequar a isso porque é uma realidade que não cabe mais; e foi esse o acordo com a CGU, que se pudesse revisitar esses dois itens do PAE que falam especificamente da renovação das bolsas e adaptá-los à realidade atual; essa proposta foi construída pelas assistentes sociais dos quatro campi que se juntaram para poder olhar e apresentar como ficaria esse texto; na prática essa proposta funcionará assim: a cada final de ano, existe um edital de renovação, na qual o estudante preenche e indica através de uma autodeclaração se houve ou não mudança significativa na sua situação socioeconômica; se entende que esse é um processo também pedagógico porque envolve o estudante a atuar na corresponsabilidade; aproveitando também esse momento para atualizar os cadastros dos estudantes; no artigo 57 em algum dos seus parágrafos diz que qualquer momento a ProACE pode entrar em contato com o estudantes solicitando documentos, isso é importante porque não é incomum receber denúncias; então esse é um item que dá essa possibilidade da ProACE de a qualquer momento pedir documentos; a grande maioria são denúncias sem muito fundamento, mas também nesses casos é feita uma investigação preliminar para poder equalizar e responder a pessoa que está fazendo essa denúncia; a ProACE tem 15 dias para responder ao CGU. Profa Larissa disse que gostaria de parabenizar a equipe e que acredita que essa seja uma solução bastante assertiva, necessária e que favorece muito todos os envolvidos, especialmente o próprio estudante; disse que acredita que precisaria apresentar a documentação e informar se ele de alguma forma sair do critério e não para qualquer tipo de mudança. Sr. Djalma explicou que na sequência do texto diz: conforme previsto em edital específico de renovação das bolsas; então essas informações serão previstas em edital a fim de não amarrar o regimento. Não havendo mais manifestações, as alterações nos artigos 50 e 51 da resolução que criou o PAE foram aprovadas por unanimidade e na sequência a resolução alterada será encaminhada à auditoria da CGU para conhecimento. Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata.

Membros presentes na reunião:

Sr. Djalma Ribeiro Junior

Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani

Profa. Dra. Larissa Riani Costa Tavares

Profa. Dra. Heloisa Chalmers Sisle

Profa. Dra. Renata Franco Severo Fantini

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Júnior

- 342 Prof. Dr. João Anderson Fulan
- 343 Profa. Dra. Tathiane Milaré
- 344 Prof. Dr. Aldenor da Silva Ferreira
- 345 Prof. Dr. Marcio Fernando Gomes
- 346 Profa. Dra. Letícia Silva Souto
- 347 Profa. Dra. Maria Cristina Comunian Ferraz